

Acordo ortográfico vale a partir de 2009

O presidente Lula assinou, na segunda-feira, durante homenagem da Academia Brasileira de Letras aos 100 anos da morte de Machado de Assis, decreto estabelecendo o cronograma para vigência do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. **2**

Projeto institui punição por descaso com a educação

Tramita na CAE projeto de Cristovam Buarque para responsabilizar o prefeito que não cumprir seus deveres com a educação, como o oferecimento das vagas obrigatórias nas escolas municipais. **2**

CPI debate troca de dados sobre pedófilos

O grupo de trabalho da CPI da Pedofilia teve ontem sua segunda reunião para discutir um termo de conduta que padronize e agilize o fornecimento de informações, pelas telefônicas e provedores de internet, sobre suspeitos desse crime. **3**



Celso Azevedo

Humberto Lucena, José Sarney, Moreira Alves e Ulysses Guimarães, em 5 de outubro de 1988, durante a solenidade da promulgação da Constituição...

Senado tem 50 propostas para mudar Constituição

Reforma política, meio ambiente, educação e desenvolvimento tecnológico são os principais alvos das mais recentes tentativas de mudanças na Carta que completa 20 anos e já foi alterada por 56 emendas constitucionais, seis emendas de revisão e um decreto legislativo com força de emenda (o que trata dos direitos das pessoas com deficiência). Algumas propostas tratam de uma questão ligada ao dia-a-dia dos parlamentares: a eleição dos suplentes de senadores. **4**



Moreira Mariz

... que agora está sendo alvo de mudanças previstas em propostas que começam a tramitar na CCJ e são examinadas em dois turnos pelo Plenário do Senado



Genardo Mingeia

Para Renan, dirigentes mundiais têm de assumir compromissos

Renan pede ação contra crise. Adelmir prevê impacto no Brasil

Ex-presidente do Senado considera urgente um plano de ação dos líderes mundiais contra os efeitos dos problemas enfrentados pelos Estados Unidos. Já o senador do DEM teme que o Brasil tenha menos investimentos, crescimento e empregos. **3**



Genardo Mingeia

Comércio varejista já dá sinais de decréscimo, afirma Adelmir

Falta de vaga para crianças entre 4 e 17 anos poderá levar a enquadramento de gestor na Lei de Responsabilidade Fiscal

Punição a prefeito que descumprir dever com a educação

AGUARDA DESIGNAÇÃO DE relator, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), projeto de autoria do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) que responsabiliza o prefeito que descumprir deveres de natureza educacional, como o oferecimento de vagas nas escolas municipais às crianças entre quatro e 17 anos e de curso de alfabetização a maiores de 15 anos.

Segundo o projeto (PLS 540/07-Complementar), serão também punidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) os gestores municipais que deixarem de assegurar nas escolas condições de higiene e conforto, bem como as condições que garantam o bom aprendizado. Serão ainda punidos os que deixarem de cumprir seus compromissos com os professores da rede pública em relação a salários e



Cristovam: exigências em relação à educação precisam ser respeitadas

formação. A proposta, que tramita na CAE em decisão terminativa, já foi aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), com base no parecer de Pedro Simon (PMDB-RS). Ele acolheu emendas para a retirada das exigências de responsabilidade dos prefeitos eleitos

em 2008 e de proibição de as crianças circularem pelas ruas em horário escolar.

Cristovam argumenta que a falta de punições para os prefeitos em relação às obrigações educacionais é que traz sua inobservância. Com a inclusão desses deveres dentro das exigências da LRF, que pune os gestores que não zelam pelas contas públicas, o senador acredita que as exigências em relação à educação serão mais respeitadas.



Dornelles: cargo de direção deve ser privativo de auditor da Receita

Receita poderá ser dirigida só por auditor

O cargo de secretário da Receita Federal do Brasil poderá ser privativo de servidores efetivos integrantes da carreira de auditor da própria Receita Federal. É o que propõe projeto de lei de autoria do senador Francisco Dornelles (PP-RJ) a ser examinado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Pela atual legislação, o secretário é escolhido entre brasileiros com experiência na área tributária.

Para Francisco Dornelles, o projeto (PLS 133/07) tem por objetivo reservar o cargo de secretário da Receita Federal a um servidor com capacidade técnica para exercer a função e, com isso, afastar qualquer influência político-partidária na escolha do ocupante do cargo. O motivo, na visão do senador, é que a função exige conhecimento setorializado, principalmente na área de constituição e cobrança de créditos públicos.

“Essa providência se insere na busca da profissionalização da função pública, que é universalmente reconhecida como um dos elementos mais importantes para garantir a eficiência e a qualidade da prestação de serviços públicos à população”, justificou Francisco Dornelles na defesa da aprovação do projeto.

A matéria está sendo analisada pelo relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Em seguida, será submetida, para votação em decisão terminativa, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Novas regras ortográficas entram em vigor em janeiro

Plateia, Coreia, colmeia, boia, paranoia, jiboia, apoio, heroico, paranoico, enjoo, voo, coroo, perdo, coo, abenço, povoo, cream, deem, leem, veem, eloquência, tranquilo, feiura, antessala, autorretrato, antissocial, suprarrenal, ultrassonografia, autoajuda, autoescola, contraindicação, semiaberto, semiárido, mandachuva, paraquedas, paralama e micro-ondas.

Não, as palavras acima não estão grafadas incorretamente, ou pelo menos não estarão a partir de 1º de janeiro de 2009, quando entrarão em vigor as regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado na segunda-feira pelo presidente Lula, e que deverá ser consolidado até dezembro de 2012.

O acordo – que visa unificar o registro escrito do português nos oito países que falam o idioma: Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Moçambique – reduz o uso do trema; elimina o uso do acento agudo nos ditongos abertos “ei” e “oi” de palavras paroxítonas (como em “assembléia” e “idéia”); acaba com o uso do acento diferencial de palavras como pára (do verbo parar) e para (preposição); incorpora as letras “k”, “w” e “y” ao alfabeto; e permite dupla grafia em palavras cuja entonação entre brasileiros e portugueses é diferente (“tênis” e “tênis”, “crochê”

e “croché”), entre outras alterações.

O Decreto 6.586/08, de implementação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, e outros três decretos sobre o assunto foram assinados por Lula na Academia Brasileira de Letras (ABL), em sessão solene pela passagem dos 100 anos da morte do escritor Machado de Assis.

O texto do acordo ortográfico foi assinado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 16 de dezembro de 1990, em Lisboa. A norma deveria entrar em vigor quatro anos depois, mas algumas nações não conseguiram ratificá-lo a tempo. A expectativa é que as mudanças alterem entre 0,5% e 2% do vocabulário brasileiro atual.

Transição

O Brasil será o primeiro país a implementar as regras oficialmente. As mudanças serão feitas de forma paulatina, com um prazo de conclusão até o início de 2013. O decreto determina que nos quatro anos de transição sejam aceitas as duas formas. Em 2009, os livros escolares distribuídos pelo Ministério da Educação à rede pública de ensino serão autorizados a circular tanto na atual quanto na nova ortografia. A partir de 2010, deverão ser editados somente na nova ortografia, excetuadas a circulação das reposições e complementações de programas em curso.

Valadares propõe ampliação de incentivos culturais



Foto de Genildo Magalhães

Projeto de Valadares altera a Lei Rouanet

Projeto de lei que estabelece novos percentuais de dedução do Imposto de Renda para pessoas jurídicas que fizerem doações ou patrocinarem projetos culturais tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), na qual será votado em decisão terminativa. De autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposta já tem parecer favorável da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

O projeto (PLS 136/07) altera os artigos 18 e 26 da Lei Rouanet, que instituiu o Programa Nacional de

Apoio à Cultura (Pronac), para determinar percentuais diferenciados de dedução, no Imposto de Renda devido, das quantias efetivamente destinadas à doação e ao patrocínio de projetos culturais.

Segundo a proposição, as empresas que tiverem receita bruta inferior a R\$ 500 milhões no ano-calendário anterior poderão deduzir até 10% do Imposto de Renda devido; enquanto as que tiverem receita superior a R\$ 500 milhões abaterão até 4% do imposto devido.

Já para as empresas jurídicas tributadas com base no lucro real, o projeto estabelece dedução de 100% das doações e dos patrocínios se a receita bruta da empresa tiver sido menor do que R\$ 36 milhões. Se a receita estiver entre R\$ 36 milhões e R\$ 40 milhões, o percentual de abatimento para doações e patrocínio será, de acordo ainda com a proposta, de 80%.

MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Garibaldi Alves Filho
- 1º Vice-Presidente:** Tião Viana
- 2º Vice-Presidente:** Alvaro Dias
- 1º Secretário:** Efraim Morais
- 2º Secretário:** Gerson Camata
- 3º Secretário:** César Borges
- 4º Secretário:** Magno Malta
- Suplentes de Secretário:** Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Gim Argello e Adelmir Santana

COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios
- Diretora de Jornalismo:** Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

- Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
 - Chefia de Reportagem:** Denise Costa e Moisés de Oliveira
 - Edição:** Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
- O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

- Diretor:** Davi Emerich (61) 3311-3333
- Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
- Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
- Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
- Tratamento de imagem:** Braz Félix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
- Arte:** Cirilo Quartim e Oscar
- Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332
- Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Plano e corte nos gastos, sugestões contra a crise

A crise financeira que abala os Estados Unidos, com graves conseqüências para a economia global, continua repercutindo no Senado Federal. Em discurso na tribuna, o senador Adelmir Santana admitiu que o comércio varejista no Brasil,

que crescia havia 52 trimestres consecutivos, já dá sinais de desaceleração. Por sua vez, Renan Calheiros defende a implementação de um plano global contra a crise, envolvendo países pobres e ricos. Ex-vice-presidente da República, Marco Maciel voltou a

comentar o sucesso obtido pelo Proer, implementado no Brasil de 1995 a 2000, que chegou a transformar em ativos de qualidade antigos títulos podres. A valorização da produção, do trabalho e do emprego é o caminho apontado por José Nery.

MARCO MACIEL



J. Freitas

Impactos negativos: menos investimentos e empregos em 2009

A redução de investimentos e a desaceleração do crescimento econômico e da geração de emprego e renda são impactos da crise norte-americana previstos ontem por Adelmir Santana (DEM-DF) para o próximo ano no Brasil.

– Os Estados Unidos enfrentam uma das piores crises econômicas da história do país, com reflexos negativos em todo o mundo, mas só agora o presidente Lula começa a admitir que o Brasil poderá sentir apenas um pequeno aperto – afirmou.

Para Adelmir Santana, o Brasil vem se beneficiando desde 2002 com a “bonança na economia mundial”, aumentando as exportações e atraindo investimentos externos, por exemplo. O governo federal foi favorecido pelo crescimento na arrecadação de impostos e tributos, disse o senador, mas, em sua avaliação, a falta de controle dos gastos públicos preocupa.

Também na opinião do parlamentar, a crise financeira poderá afetar o crescimento da economia mundial e os fluxos de capitais, mas ainda é cedo para avaliar o tamanho dessas conseqüências.

– O comércio varejista cresce, no Brasil, há 52 trimestres sucessivos, mas, nos últimos dois meses, já dá sinais de decréscimo. Vamos torcer para que não tenhamos um fim de ano calamitoso e com muitas dificuldades para os nossos consumidores. A fase de completa liberdade ao mercado financeiro, certamente, será página virada da nossa história econômica mundial, e o que se apresenta como mais razoável é restabelecer o papel de protagonista à economia real – afirmou Adelmir Santana.

ADELMIR SANTANA



Geraldo Magela

RENAN CALHEIROS



Geraldo Magela

Por uma ação conjunta de líderes para debelar a crise

Renan Calheiros (PMDB-AL) elogiou ontem a sugestão apresentada pelo presidente Lula para que a crise global seja discutida por bancos centrais de todo o mundo, em Basileia, na Suíça, onde está a sede do Banco Internacional de Compensações. Lula falou de sua idéia no dia 24, após encontro com líderes mundiais em Nova York, e na segunda-feira, em seu programa de rádio semanal *Café com o Presidente*.

Para Renan, o presidente tem emitido opiniões sensatas sobre a crise dos mercados globais. Uma delas é a advertência de que “a ausência de regras favorece os aventureiros e oportunistas, em prejuízo das verdadeiras empresas e dos trabalhadores”.

– Agora, perante a catástrofe iminente, aqueles mesmos que reclamavam, há poucos meses, menos Estado, recorrem aos governos, com total desfaçatez – criticou Renan, lembrando que nessas ocasiões os menos favorecidos sofrem enquanto os responsáveis seguem impunes.

Para o senador, a rejeição ao pacote de US\$ 700 bilhões proposto pelo presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ao Congresso norte-americano, além de derrubar as bolsas, “revelou um fracasso de liderança política de dimensões quase tão grandes quanto a crise econômica”. Renan disse considerar urgente um plano de ação global, que envolva todas as nações – pobres e ricas.

– Eu conclamo, eu desafio os dirigentes mundiais a assumirem um compromisso aberto de luta contra a crise, em parceria com as organizações e a sociedade civil de todos os países – assinalou o senador.

O fim de um mito: o deus-mercado auto-regulado

José Nery (PSOL-PA) afirmou à Agência Senado que a crise do sistema financeiro mundial expõe as fragilidades da atual fase do capitalismo, estabelecida, essencialmente, na especulação. Para o senador, o momento é de reflexão e de busca de alternativas que valorizem a produção, o trabalho, a renda e o emprego.

– O sistema econômico baseado na especulação tem alicerces de barro. Bastou a crise americana para que o desespero corresse o mundo. Isso é a decretação do fim do neoliberalismo – avaliou.

Na segunda-feira, o Congresso norte-americano rejeitou o pacote de salvamento de US\$ 700 bilhões às instituições financeiras anunciado pelo governo daquele país durante o fim de semana. O sistema entrou em colapso devido à crise no setor de crédito imobiliário. A rejeição do pacote levou à queda das bolsas de valores do mundo todo.

Para Nery, a crise – que vem sendo apontada por muitos analistas como “a queda do Muro de Berlim do capitalismo” – acaba com o “mito do deus-mercado auto-regulado”.

– O sistema financeiro nada produz. Só serve à acumulação de uns poucos – observou.

JOSÉ NERY



Geraldo Magela

Proer foi uma resposta rápida e bem-sucedida

A atual crise mundial dos mercados financeiros e de capitais confirma o quanto estava certo o então presidente Fernando Henrique Cardoso ao criar o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), implementado no Brasil de 1995 a 2000. A avaliação é do senador Marco Maciel (DEM-PE) em nota divulgada ontem por sua assessoria.

A implementação do programa, lembra o senador, custou, no total, R\$ 20,4 bilhões, o que teria representado cerca de 2,7% do produto interno bruto (PIB) médio do triênio 1995/1997.

Marco Maciel ressalta ainda que o Banco Central vem resgatando parte dos valores que investiu no Proer.

– Vários dos chamados títulos podres, em poder dos bancos adquirentes, que foram desviados ao Proer, revelaram-se, com o passar do tempo, ativos de qualidade. Não se tratou, portanto, de doação para instituições quebradas. Foi, antes, um empréstimo que vem sendo resgatado com regularidade conforme demonstram os balanços patrimoniais do Banco Central – afirma o senador na nota.

Segundo Marco Maciel, as diferenças entre o Proer e o plano que se cogita executar para o sistema financeiro norte-americano não ficam apenas na questão dos custos.

– Esse é um dos quesitos, mas não é o único. O Proer foi uma resposta rápida, bem estruturada, barata, eficiente e bem-sucedida a uma situação que resultou de um contexto econômico bastante pontual, qual seja, a estabilização econômica e o fim da hiperinflação proporcionados pelo Plano Real.

CPI da Pedofilia: técnicos estudam como fornecer informações

O grupo de trabalho composto por técnicos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga crimes de pedofilia e por representantes de companhias telefônicas e de provedoras de acesso à internet realizou ontem sua segunda reunião com o objetivo de elaborar um termo de ajustamento de conduta (TAC) para acelerar o fornecimento de dados

sobre suspeitos de praticarem esse tipo de delito.

A CPI teve grande dificuldade de chegar aos 874 suspeitos identificados nos 3.261 álbuns fechados do site de relacionamento Orkut, do Google – obtidos a partir de quebra de sigilo sugerida pela própria CPI. De uma das empresas foi aproveitado pouco mais de um terço das informações.

Para solucionar o problema, será preciso padronizar o fornecimento de dados pelas companhias, objetivo do grupo de trabalho, que deverá ainda fazer outras reuniões sobre o tema, uma vez que a medida exigirá novos investimentos e levará tempo para ser implantada.

As empresas decidiram participar da elaboração do TAC em audiência da CPI realizada em 27 de agosto. A

primeira reunião ocorreu no dia 3 de setembro. No encontro de ontem, as empresas e os técnicos da comissão trataram, entre outros assuntos, das dificuldades operacionais para registro de dados de conexão à internet, assim como dos prazos necessários de armazenamento das informações, além dos custos para o fornecimento dos dados, quando solicitados pela Justiça.

Sugestões de mudanças no texto constitucional refletem transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas posteriormente, no país e no mundo



No Plenário da Câmara, constituintes dos vários partidos políticos comemoram a aprovação do texto da Constituição brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988

Nos 20 anos da Constituição, 50 propostas de emenda aguardam votação no Senado

AO MESMO TEMPO em que a Constituição completa 20 anos, 50 propostas de modificações no texto aprovado em 1988 aguardam votação no Plenário do Senado. Refletindo duas décadas de transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil e no mundo, as propostas de emenda à Constituição (PEC) demonstram as preocupações de seus autores com temas ligados à reforma política, ao meio ambiente, à educação e à tecnologia, entre outros.

Até agora, já foram introduzidas 63 alterações no texto da Constituição – 56 emendas constitucionais, seis emendas constitucionais de revisão – aprovadas cinco anos após a promulgação da Carta (em atendimento a disposição transitória) e um decreto legislativo com força de emenda constitucional. Esse decreto legislativo ratifica o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.

Do total das 50 PECs que esperam votação, sete tratam da eleição dos suplentes de senadores. Seis delas foram apensadas à PEC 11/03, apresentada pelo então senador Sibá Machado, que ocupou o mandato durante o período em que Marina Silva (PT-AC) chefiou o Ministério do Meio Ambiente.

Suplente

O relator das sete proposições, Demostenes Torres (DEM-GO), elaborou um substitutivo que está pronto para ser votado. O texto estabelece que cada senador será eleito com um suplente, “vedada a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou



Carta aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, presidida por Ulysses Guimarães (C), já recebeu 63 emendas constitucionais

por adição do titular”. E o suplente será convocado para exercer o mandato, quando ocorrer vaga de senador, até a eleição geral ou municipal mais próxima.

Seis outras PECs, relacionadas à reforma política, visam limitar ou extinguir a reeleição – algumas delas acompanhadas da proposta de se estabelecer coincidência geral de mandatos. Cinco propostas foram apensadas à PEC 41/03, igualmente de Sibá Machado.

Coube ao relator dessas propostas, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), redigir um substitutivo já aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e colocado à disposição do Plenário. Segundo o substitutivo, são inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o presidente da República, os governadores, os prefeitos e os que os houverem sucedido ou substituído nos seis meses anteriores ao pleito. A regra passaria a valer a partir de 2010.

Jereissati observa que os can-

didatos à reeleição levam “considerável vantagem” diante dos demais, seja em virtude de sua exposição à mídia, seja pela vinculação de seu nome às obras de sua administração. “O instituto da reeleição, em si, já dificulta o atendimento ao princípio da isonomia entre os candidatos”.

Meio ambiente

A preocupação com o meio ambiente está refletida na PEC 51/03, de autoria de Demostenes Torres, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Atualmente, são definidos como patrimônio nacional, pela Constituição federal, a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal e a Zona Costeira. A utilização desses ecossistemas se fará, de acordo com o texto constitucional, “dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais”.

Demostenes é também autor da PEC 94/03, pronta para ser votada, que torna obrigatória a oferta do ensino fundamental em tempo integral. O texto inclui emenda do relator, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), determinando que o regime de tempo integral deverá ser implementado até 2023, mediante “ampliação progressiva da carga horária diária”.

Duas outras propostas que aguardam decisão do Senado tratam de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. A PEC 22/04, da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), prevê mais incentivos fiscais para ciência e tecnologia. E a PEC 54/04, de José Maranhão (PMDB-PB), assegura recursos mínimos às atividades de pesquisa básica e aplicada, e ao desenvolvimento tecnológico. O texto a ser votado é um substitutivo do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), segundo o qual o investimento anual no setor será gradualmente elevado, até atingir o mínimo de 2% do produto interno bruto (PIB).

Heráclito homenageia constituintes

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) registrou a realização, na semana passada, da conferência “Os 20 Anos da Constituição Federal de 1988 – avanços e retrocessos”, promovida pela seccional do Piauí da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PI). O evento teve a presença de constituintes, como o ex-senador Bernardo Cabral, relator-geral do texto constitucional, e de juristas como o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Sepúlveda Pertence.

– Nesse encontro pudemos reviver de maneira positiva dias que marcaram nossa história.

Heráclito elogiou a palestra de Sepúlveda Pertence, sobre os vários aspectos da elaboração da Carta, suas falhas e seu lado positivo, e lembrou o trabalho de Bernardo Cabral para a sistematização dos artigos.

O senador recordou ainda a pressão vivida à época para inclusão de dispositivos no texto da nova Constituição.

Heráclito Fortes lamentou a ausência de companheiros constituintes como Mário Covas e Ulysses Guimarães, já falecidos, e louvou o trabalho de Roberto Cardoso Alves, Paulo Afonso Martins de Oliveira e Jarbas Passarinho, entre outros, para a aprovação da Carta, promulgada em 5 de outubro de 1988.

São Paulo

Heráclito registrou ainda sua visita ao candidato de seu partido à reeleição para a prefeitura de São Paulo, Gilberto Kassab, e ao governador do estado, José Serra. Ele lamentou a divisão entre PSDB e DEM na disputa, com a candidatura do tucano Geraldo Alckmin.

– Resta torcer para que o que vencer no primeiro turno marche com o companheiro, para que possamos ter uma unidade que leve a nossa tradicional coligação à vitória em São Paulo – disse.



Heráclito lamenta a disputa entre PSDB e DEM em SP